

CARACTERÍSTICAS DA POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE NA ÁREA DO DESASTRE AMBIENTAL DE BRUMADINHO A PARTIR DOS DADOS DO CENSO DEMOGRÁFICO DE 2010

CLAUDIO SANTIAGO DIAS JUNIOR – UFMG – Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil
csdj@ufmg.br

RESUMO: O objetivo deste trabalho é descrever a população indígena residente na área afetada pelo Desastre Ambiental de Brumadinho. A partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, foram identificados 1096 indígenas vivendo em dez municípios da área. Os resultados demonstraram uma população indígena com características de vulnerabilidade social. Eles eram mais velhos, majoritariamente mulheres, pouco escolarizados e dependentes de aposentadorias, pensões e programas sociais. É importante destacar que para se entender a nova realidade dessas populações em termos socioeconômico, e as dimensões do impacto do desastre na população e no meio ambiente será necessária a coleta de dados primários em toda a área.

Palavras-Chave: População Indígena, Brumadinho, Vale S.A

CHARACTERISTICS OF THE RESIDENT INDIGENOUS POPULATION IN THE AREA OF THE ENVIRONMENTAL DISASTER OF BRUMADINHO FROM THE DATA OF THE 2010 DEMOGRAPHIC CENSUS

ABSTRACT: The objective of this work is to describe the indigenous population in the affected area by the Environmental Disaster of Brumadinho. From the 2010 Demographic Census data, 1096 indigenous people living in ten municipalities in the area were identified. The results showed an indigenous population with characteristics of social vulnerability. They were older, mostly women, poorly educated and dependent on pensions and social programs. It is important to highlight that in order to understand the new reality of these populations in socioeconomic terms, and the dimensions of the impact of the disaster on the population and the environment, it will be necessary to collect primary data across the area.

Key words: Indigenous Population, Brumadinho, Vale S.A

INTRODUÇÃO

No dia 25 de janeiro de 2019 a Barragem I, da Mina do Córrego do Feijão, de propriedade da mineradora Vale S.A, localizada no município de Brumadinho, se rompeu, lançando no meio ambiente cerca de 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração (FREITAS ET AL, 2019). A dimensão da destruição provocada pelo acidente fica evidente no número de vítimas fatais, que chegou a 270, e pelo impacto ambiental que pode ser materializado pela “morte” do Rio Paraopeba, em seus quase 550 quilômetros (ARAGAKI, 2019).

A contaminação do Rio Paraopeba inviabilizou a utilização da água para a agricultura, pecuária e consumo humano, uma vez que diversos metais como chumbo, mercúrio, ferro, cobre, manganês e cromo foram encontrados em níveis acima dos limites máximos permitidos (ARAGAKI, 2019). Ao todo, foram atingidos 19 municípios, que tiveram seu meio ambiente, propriedades, trabalho e renda, saúde, história e cultura afetados pelo desastre (DIAS JR E VERONA, 2020)

Diante da magnitude do desastre, o objetivo deste trabalho é descrever a população indígena residente na área afetada, na busca de dar visibilidade a esta parcela da população, que normalmente é esquecida pelos órgãos oficiais (TOURNEAU, 2019; DANTA, 2015).

É importante destacar que os dados utilizados neste trabalho são oriundos do Censo Demográfico de 2010, assim, eles não representam, necessariamente, os mesmos indivíduos que foram atingidos pelo desastre de 2019. Mesmo com esta ressalva, este trabalho é importante por destacar a existência de indígenas na área afetada pelo Desastre Ambiental de Brumadinho, trazendo para o debate a importância de se considerar as especificidades desta população nas ações governamentais de assistência aos atingidos, na recuperação do meio ambiente e nos processos de indenizações.

DADOS E METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foram utilizados os dados da população indígena de 10 dos 19 municípios localizados na área do Desastre Ambiental de Brumadinho. Este recorte se deveu ao fato de que nem todos os municípios da área contabilizaram indivíduos autodeclarados indígenas no Censo Demográfico de 2010. No total foram identificados 1096 indivíduos.

Os municípios selecionados foram os seguintes: Betim, Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé, Juatuba, Mario Campos, Martinho Campos, Pará de Minas, Pompéu e São Joaquim de Bicas.

Foram realizadas análises descritivas de cunho demográfico para produzir um perfil da população indígena residente na área do Desastre Ambiental de Brumadinho. É importante destacar que o acesso às informações sobre a etnia e língua falada no Censo Demográfico de 2010 é restrita, assim, os indígenas foram analisados como um único grupo, sem considerar as possíveis particularidades culturais. As análises consideraram a situação do domicílio (rural/urbano).

RESULTADOS

No Estado de Minas Gerais foram recenseados 31.112 indígenas em 2010. Deste total, 9.682 viviam em Terras Indígenas. Os indígenas residentes na área afetada pelo Desastre Ambiental de Brumadinho totalizaram 1096 indivíduos, cerca de 3,5% da população indígena total do Estado de Minas Gerais.

Considerando apenas a população recenseada em 2010 na área atingida pelo desastre (855.559), os indígenas representavam apenas 0,13% da população total. Entre os indígenas analisados, cerca de 94% residia em áreas urbanas (Tabela 1), um percentual muito acima do identificado para o Brasil como um todo em 2010, que chegou a 36% (MAHER, 2016). Outra informação importante é que apenas os municípios de Pompéu e Martinho Campos apresentaram indígenas vivendo em áreas rurais.

A pirâmide etária da população indígena da área afetada pelo Desastre Ambiental de Brumadinho apresenta uma forma atípica, uma vez que o contingente populacional é bastante reduzido. De uma maneira geral, a população é mais madura, com uma média de idade é de 38,43 anos, sendo que para os homens a idade média é de 34,76 e para mulheres 41,47 anos. O fato de a estrutura etária ser mais envelhecida vai de encontro aos diversos estudos sobre demografia indígena que observaram uma estrutura etária bem jovem entre os indígenas residentes no Brasil (DIAS JUNIOR ET AL, 2010; PAGLIARO, 2010).

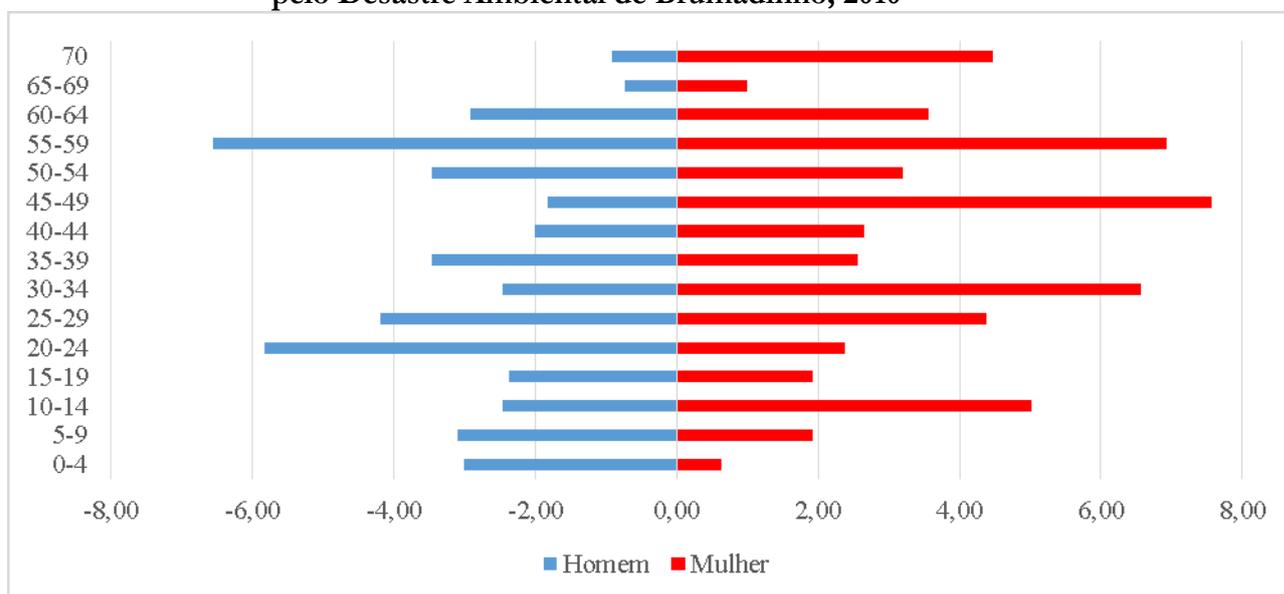
Em relação à distribuição por sexo, foram recenseados 496 homens e 600 mulheres, perfazendo uma razão de sexo de 0,82. Comparando com a razão de sexo dos indígenas da região sudeste para 2010 (106,9), a população indígena na área do Desastre Ambiental de Brumadinho é majoritariamente feminina.

TABELA 1 – Situação do domicílio, segundo município, da população indígena residente na região atingida pelo Desastre Ambiental de Brumadinho, 2010

Município	Rural	Urbano	Total
Betim	0	547	547
Brumadinho	0	25	25
Esmeraldas	0	116	116
Igarapé	0	28	28
Juatuba	0	24	24
Mario Campos	0	51	51
Martinho Campos	43	71	114
Pará de Minas	0	37	37
Pompéu	21	120	141
São Joaquim de Bicas	0	13	13
Total	64	1032	1096

Fonte: IBGE, Censo 2010.

GRÁFICO 1 – Pirâmide etária da população indígena residente na região atingida pelo Desastre Ambiental de Brumadinho, 2010



Fonte: IBGE, Censo 2010.

Algumas características relacionadas à educação, renda e saúde desta população foram levantadas para os indivíduos com 15 anos e mais de idade, totalizando 919 indivíduos. Como pode ser verificado na Tabela 2, a educação formal desta população

apresentou indicadores muito ruins. Na população rural, quase 38% é analfabeta, e entre os indígenas urbanos o percentual é menor, mas ainda assim muito elevado, mesmo para os padrões brasileiros. A baixa escolaridade é confirmada com as informações sobre o nível de instrução dessa população. Entre os indígenas residentes nas áreas rurais, quase 94% não possui o fundamental completo, e entre os residentes nas áreas urbanas chega a quase 60%. Em relação aos indicadores de saúde, é interessante observar que entre os indígenas residentes nas áreas rurais foi detectada apenas deficiência visual, que alcançou um patamar bastante alto, mesmo comparando com outros indígenas (DIAS JUNIOR; VERONA, 2018). Já entre os indígenas residentes nas áreas urbanas, além da deficiência visual, com um percentual muito abaixo do encontrado na área rural, foram identificados indivíduos com deficiência mental e motora. Não foi identificado indivíduos com deficiência auditiva em nenhum dos grupos. Em relação às fontes renda, observa-se que os residentes das áreas rurais estão mais vinculados aos programas sociais do governo, como o Bolsa Família.

TABELA 2 – Características de educação, renda e saúde, segundo situação do domicílio, entre a população indígena residentes nos municípios na região atingida pelo Desastre Ambiental de Brumadinho, 2010

VARIÁVEIS	Rural	Urbano
<i>EDUCAÇÃO</i>		
<i>Analfabetismo</i>		
Sim	37,5	17,5
<i>Nível de instrução</i>		
Sem instrução e fundamental incompleto	93,7	59,2
Fundamental completo e médio incompleto	*	19,3
Médio completo e superior incompleto	*	16,5
Superior completo	6,3	4,8
<i>FONTE DE RENDA</i>		
<i>Aposentadoria/Pensão INSS</i>		
Sim	29,7	24,7
<i>Bolsa família/PETI</i>		
Sim	20,3	4,7
<i>Outros programas sociais</i>		
Sim	6,3	4,3
<i>SAÚDE</i>		

Deficiência

Mental	*	2,8
Visual	21,8	5,0
Auditiva	*	*
Motora	*	6,1
N	64	855

Fonte: IBGE, Censo 2010.

*A deficiência foi considerada grave caso o indivíduo não conseguisse ver, ouvir ou caminhar, ou apresentasse grandes dificuldades para ver, ouvir ou caminhar, mesmo com a utilização de próteses e/ou aparelhos corretivos.

DISCUSSÃO

Historicamente, a população indígena residente no Brasil sofreu e sofre ataques de toda a natureza. Invasões de terras, poluição de seus rios e matas, violência física, desrespeito às diferenças culturais, e muitos outros ataques (TOURNEAU, 2019). Com o Desastre Ambiental de Brumadinho pode ser que os indígenas sejam aliados, mais uma vez, das discussões sobre as ações a serem tomadas para solucionar os impactos negativos do rompimento da barragem, e acabem sendo **invisibilizados**, e não tenham seus direitos reconhecidos e respeitados (DANTA, 2011).

Os resultados levantados neste estudo demonstram uma população indígena com características de vulnerabilidade social, como o encontrado em Dias Junior et al (2010). Eles eram mais velhos, majoritariamente mulheres, pouco escolarizados e dependentes de aposentadorias, pensões e programas sociais. Embora esses dados sejam referentes ao ano de 2010, dado o agravamento político e econômico no país nos últimos anos e os impactos do Desastre Ambiental de Brumadinho, pode ser que a situação tenha piorado.

Cabe ressaltar que embora os dados do Censo Demográfico não permitam levantar informações sobre as etnias dos indígenas residentes na área do desastre, Dias Júnior et al (2008) demonstram que os municípios de Pompéu e Martinho Campos abrigam a Terra Indígena Kaxixó, e são esses os dois municípios que apresentaram população indígena nas áreas rurais. Toledo (2019) também destaca a existência da aldeia Nao Xohã, dos Pataxó e Pataxó Hã Hã Hae, localizada nas margens do Rio Paraopeba, no município de São Joaquim

de Bicas. Ou seja, além dos indígenas “genéricos”, duas etnias foram atingidas diretamente pelo Desastre Ambiental de Brumadinho e precisam, com urgência, de uma atenção especial para a sua situação.

CONCLUSÃO

É importante destacar que para se entender a nova realidade dessas populações em termos socioeconômico, e as dimensões do impacto do desastre na população e no meio ambiente será necessária a coleta de dados primários em toda a área. Tal medida já está em curso no âmbito do projeto “Avaliação de necessidades pós-desastre do colapso da Barragem da Mina córrego do Feijão”, executado pela Universidade Federal de Minas Gerais, que tem como objetivo auxiliar o Juízo da 6ª vara da Fazenda Pública da Comarca de Belo Horizonte a entender e avaliar os impactos decorrentes do desastre.

BIBLIOGRAFIA

ARAGAKI, Caroline. Rio Paraopeba está morto e perda de biodiversidade é irreversível. **Jornal da USP**, São Paulo, 04/04/2019. <https://jornal.usp.br/atualidades/rio-paraopeba-esta-morto-e-perda-de-biodiversidade-e-irreversivel/>

DANTA, Fernando Antonio de Carvalho. Direitos humanos e pensamento indígena no Brasil: um breve percurso sobre a violência da invisibilização dos modos indígenas de ser, fazer e viver. **Praxis** 67 p. 31-48, 2011. <https://core.ac.uk/download/pdf/48872755.pdf>

DIAS JÚNIOR, Claudio Santiago; VERONA, Ana Paula. Rompimento da barragem de Fundão e o número de nascidos vivos no município de Mariana, Minas Gerais, Brasil, 2013-2018. Manuscrito não publicado, 2020

DIAS JÚNIOR, Claudio Santiago; VERONA, Ana Paula. Deficiências visual, auditiva e motora entre a população indígena no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 10, e00131717, 2018. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2018001005005

DIAS JÚNIOR, Claudio Santiago. et al. Desigualdades demográficas e socioeconômicas entre demográficas e socioeconômicas brancos indígenas no Brasil. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 50 - 65, maio/ago. 2010. <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/942>

DIAS JÚNIOR, Claudio Santiago et al. Fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas residentes em Minas Gerais, Brasil: uma análise a partir do Censo Demográfico 2000. **Cadernos de Saúde Pública**, 24, n.11, p. 2477-2486, 2008.

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2008001100003

FREITAS, Carlos Machado et al. Samarco em Mariana à Vale em Brumadinho: desastres em barragens de mineração e Saúde Coletiva. **Cadernos de Saúde Pública**. vol.35, n.5 e00052519, 2019. http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2019000600502

MAHER, Terezinha Machado. Sendo índio na cidade: mobilidade, repertório linguístico e tecnologias. **Revista da Anpoll**, n. 40. p. 58-59, 2016. <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFile/1015/847>

PAGLIARO, Heloisa. A revolução demográfica dos povos indígenas no Brasil: a experiência dos Kayabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil, 1970-2007. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 26, p. 579-590, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2010000300015>

TOLEDO, Diego. Homem branco fez terra vomitar', diz líder de aldeia afetada em Brumadinho, 2019, <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/01/31/homem-branco-fez-terra-vomitar-diz-lider-de-aldeia-afetada-em-brumadinho.htm> <<acesso em 19/02/2020>>.

TOURNEAU, François Michel O governo Bolsonaro contra os Povos Indígenas: as garantias constitucionais postas à prova, **Confins** [En ligne], 501, 2019. <https://journals.openedition.org/confins/22413>

Claudio Santiago Dias Junior - Graduado em Ciências Sociais, mestre em Sociologia e doutor em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizou estágio pós-doutoral no Population Research Center, da Universidade do Texas, no período de 2008/2009, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). É professor associado II do Departamento de Sociologia da UFMG. Foi chefe do Departamento de Sociologia (2013/2015 e 2018/2020), membro da câmara de extensão e do conselho de ensino, pesquisa e extensão (CEPE) (2013/2014) e subcoordenador do colegiado do curso de Ciências Sociais (2010/2012). Foi membro do conselho fiscal da Sociedade Brasileira de Sociologia na gestão 2017/2019 e diretor na gestão 2015/2017. É líder do grupo de pesquisa "Saúde e Sociedade", que desenvolve estudos relacionando saúde com aspectos sociodemográficos no Brasil, América Latina e África. Tem interesse de pesquisa nas seguintes áreas: sociologia da saúde, obesidade, doenças não transmissíveis, saúde sexual e reprodutiva, religião e saúde, estratificação e desigualdade social, demografia dos povos indígenas, componentes da dinâmica demográfica. Atualmente é membro das seguintes associações profissionais: Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), Population Association of America (PAA).

Recebido para publicação em 24 de fevereiro de 2020.

Aceito para publicação em 30 de março de 2020.

Publicado em 30 de março de 2020.